

CONDICIONANTES PARA A EXECUÇÃO DE AJUSTES ESPACIAIS NO AMAPÁ – BRASIL: DA GÊNESE DE UM ENTE FEDERATIVO À NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS (TRANS) FRONTEIRIÇO

JADSON LUÍS REBELO PORTO*

Resumo

Ao longo da formação/formatação espacial amapaense uma série de próteses (institucionais, jurídicas, administrativas e tecnológicas) e de sistemas de engenharia foram implantados/instalados, os quais necessitaram de ajustes para melhor atuação de suas práticas espaciais e adequações para a sua (re)organização territorial. Essas próteses (instrumentos artificiais implantados pelo homem), redes geográficas e ajustes espaciais (condições para a manifestação e mobilidade do capital) instalados no espaço amapaense garantiram um amplo processo de transformações nas estruturas econômicas e sociais neste ente federativo brasileiro. O escopo deste trabalho será de avaliar a criação destruidora desses aspectos na ocupação e (des)organização do espaço amapaense. Para se chegar ao objetivo proposto, o trabalho será dividido em três partes: da instalação de próteses à calibragem dos ajustes espaciais no Amapá; os ajustes espaciais e o desenvolvimento amapaense e a articulação da fronteira da Amazônia setentrional no platô das Guianas.

Palavras-chave: Amapá. Redes geográficas. Próteses. Ajustes espaciais. Transformações Espaciais

RESTRICCIONES PARA LA EJECUCIÓN DE AJUSTES ESPACIALES EN AMAPÁ - BRASIL: LA GÉNESIS DE UNA ENTIDAD FEDERATIVA EN LOS NUEVOS AJUSTES TERRITORIALES (TRANS) FRONTERIZOS

Resumen

A lo largo de la formación espacial amapaense una serie de garantías (institucionales, jurídicas, administrativas y tecnológicas) y de ingeniería de sistemas fueron implantados/instalados. Estos necesitarán de ajustes para mejorar la actuación de sus prácticas espaciales y producir adecuaciones para su (re)organización territorial. Esas prótesis (instrumentos artificiales implantados por el hombre), redes geográficas y ajustes espaciales (condiciones para la manifestación y movilidad del capital) instalados en el espacio amapaense garantizan un amplio proceso de transformación en las estructuras económicas y sociales en esta entidad federativa brasilera. El alcance de este trabajo será evaluar la creación destructiva de esos aspectos en la ocupación y (des)organización del espacio amapaense. Para alcanzar el objetivo propuesto, el trabajo será dividido en tres partes: la instalación de prótesis para la calibración de los ajustes espaciales en Amapá; los ajustes espaciales y el desarrollo amapaense y la articulación de la frontera de la Amazonía septentrional en las mesetas de las Guayanas.

Palabras clave: Amapá, Redes geográficas. Garantías. Ajustes espaciales, Transformaciones espaciales.

RESTRICTIONS TO THE EXECUTION OF SPATIAL ADJUSTMENTS IN AMAPA-BRAZIL: THE GENESIS OF A FEDERAL STATE IN THE NEW TERRITORIAL (TRANS) BORDER ADJUSTMENTS

Abstract

Throughout the Amapaense spatial formation a series of guarantees (institutional, legal, administrative and technological) and engineering systems were implanted / installed. These will need adjustments to improve the performance of their spatial practices and produce adaptations for (re) territorial organization. These prostheses (artificial instruments introduced by man), geographical networks and spatial adjustments (conditions for the manifestation and capital mobility) installed in the space Amapaense ensure a broad process of transformation in economic and social structures in this Federative Brazilian entity. The scope of this work will be to assess the destructive creation of those aspects in the occupation and (dis)organization of the Amapaense space. To achieve this objective, the work will be divided into three parts: the installation of prostheses for the calibration of the spatial adjustments in Amapá; the spatial adjustments and the Amapaense development and the articulation of the northern Amazon border in the plateaus of the Guianas.

Keywords: Amapá, geographic networks, guarantees, spatial adjustments, spatial transformations

**RESTRICTIONS POUR LA RÉALISATION DES AJUSTEMENTS SPATIAL À AMAPÁ – BRÉSIL:
LA GENÈSE D'UNE ENTITÉ FÉDÉRATIVE DANS LES NOUVEAUX
AJUSTEMENTS TERRITORIAUX (TRANS)FRONTALIÈRES**

Résumé

Au long de la formation spatiale d'Amapá, une série de prothèses (institutionnelles, juridiques, administratives et technologiques) et de systèmes d'ingénierie ont été implantés/installés, mais ils auront besoin d'ajustements pour améliorer l'actuation de leurs pratiques spatiales et s'adapter à la (ré) organisation territoriale. Ces prothèses (instruments artificiels implantés par l'homme), réseaux géographiques et ajustements spatiaux (conditions pour la manifestation et la mobilité du capital), installés dans l'espace d'Amapá, garantissent un vaste processus de transformation des structures économiques et sociales dans cette entité fédérative brésilienne. La portée de ce travail est d'évaluer la création destructive de ces aspects dans l'occupation et la dés(organisation) de l'espace amapaense. Pour atteindre cet objectif, le travail est divisé en trois parties : l'installation des prothèses pour calibrer les ajustements spatiaux d'Amapá ; les ajustements spatiaux et le développement d'Amapá, et l'articulation de la frontière de l'Amazonie septentrionale dans les plateaux des Guyanes.

Mots clés: Amapá, réseaux géographiques, prothèses, ajustements spatiaux, transformations spatiales

1. INTRODUÇÃO

O domínio da margem esquerda da foz do rio Amazonas historicamente trouxe interesses externos, sejam pelos seus produtos exóticos, alimentícios, minerais, ou pelo acesso ao interior do continente sul americano. À medida que novos espaços amazônicos foram conquistados, ajustes espaciais foram instalados a fim de garantir a melhor e maior mobilidade dos fluxos comerciais tanto em escala regional, quanto internacional. No que se refere à escala nacional, tal condição tornou-se mais intensa somente a partir da década de 1940, quando foi criado o Território Federal do Amapá (Porto, 1998; 2003).

Segundo Porto (2005; 2006), não se pode analisar os Territórios Federais somente como ação política, pois não abrange a sua real atuação, mas que se deve ter por pressuposto a inclusão dos seguintes aspectos: o uso de suas potencialidades naturais, geográficas, geopolíticas e políticas em um mundo configurado em rede; as suas interdependências com os demais entes federativos e suas respectivas temporalidades, integrantes de um mundo em constante conflito entre o global e o local; sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço mediante os aspectos de ordenamento, a configuração e o planejamento territorial; e as suas relações e conflitos internos.

A hipótese a ser considerada neste artigo é a de que o Amapá é um Estado em construção, cujas propostas de “desenvolvimento” ligam-se às criações/construções de condições espaciais capazes de instalar próteses e um sistema de engenharia¹ que possibilitaram a diversificação produtiva do seu espaço, produzindo também ajustes que originam uma nova configuração territorial.

Entende-se por próteses, os atos elaborados externamente e implantados localmente os quais

impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente (Tabela 1).

Tabela 1. Modelos de Próteses instalados no espaço

Próteses	Manifestações
Jurídicas	Normas que: criam, regulam e regulamentam uma sociedade; configuram suas dinâmicas econômicas, políticas e administrativas; delimitam espaços (Municípios, Estados, Territórios Federais; Unidades de Conservação; Reservas Indígenas), (re)criando territórios.
Institucionais	Instituições que garantem a manifestação das próteses jurídicas.
Tecnológicas	Técnicas e tecnologias que impõem novos ritmos à sociedade primitiva, acelerando o tempo (de lento para rápido) de dinamismo desta sociedade.
Infra-estrutural	Sistemas de engenharia (porto, rodovia, ferrovia, aerovia) construídas a fim de garantir a intensidade da mobilidade do capital sobre o espaço geográfico. Sua construção implica em antecipação espacial.
Administrativas	Modelos de administração (econômico, territorial) impostos pelas próteses tecnológicas e institucionais.
Trabalhistas	Ocorrência de novos ritmos impostos pela maquinização, tecnificação, divisão do trabalho e flexibilização.
Educacionais	Modelos de visões de mundo que obrigam a periferia conhecer e reproduzir os conhecimentos, valores e ritmos do centro.

Fonte: Porto, et. al. (2007).

Por “ajustes espaciais” entende-se as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital. Ao analisar o espaço amapaense sob os enfoques de ajustes espaciais, magnitude do estado e o uso do território, Porto et. al. (2007) sugerem que foram construídos condicionantes espaciais neste ente federativo. As condições criadas/construídas garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des) construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

A partir das abordagens do Amapá como Território Federal, esses autores ao analisarem esses entes federativos como entidades precárias, Estados em embrião e como resultados de ações, entendem que a precariedade implicou na criação de condições para deixar de sê-lo; o embrião de Estado indicou que deveriam ser construídas condições para a estadualização; e as ações garantiriam a formação de estruturas, a sua delimitação jurídica, e territorialização de suas relações de poder (Porto *et al.*, 2007: 15).

Com a inserção de investimentos externos no espaço amapaense, várias condições deveriam ser instaladas para que o processo de produção no Amapá pudesse ser estimulado, tais como: o fornecimento de energia para que empresas se instalassem e ao consumo da população; a construção de eixos viários (rodovias e ferrovia) que não dependessem do fluxo dos rios; a implantação de um transbordo comercial que conectasse o local com o global (Porto de Santana) e; a atração de mão de obra para a ocupação de fronteira.

Para melhor entender tais situações, este artigo discutirá os seguintes tópicos: da instalação de próteses à calibragem dos ajustes espaciais no Amapá, ao identificar as principais próteses tecnológicas instaladas; A influência das redes informacionais no cenário amapaense (diversificação produtiva após 1976); os ajustes espaciais e o desenvolvimento amapaense; e a articulação da fronteira da Amazônia setentrional no platô das Guianas.

O escopo deste trabalho será de analisar a manifestação das próteses que estimularam o processo de criação destruidora na ocupação e (des)organização do espaço amapaense e os ajustes espaciais executados para a melhor manifestação do capital. A questão orientadora deste trabalho será: Quais foram as próteses instaladas no espaço amapaense e que ajustes espaciais foram realizados para a capazes de realizarem movimentos de criação destruidora?

2. DA INSTALAÇÃO DE PRÓTESES À CALIBRAGEM DOS AJUSTES ESPACIAIS NO AMAPÁ

A instalação de próteses no espaço amapaense vem desde o período colonial. A própria colonização deste

espaço impôs novos ritmos às dinâmicas espaciais pré-existentes e aos seus moradores, seja pelo modelo de exploração dos produtos naturais amazônicos, pela sua ocupação e modelos de defesa (construção de fortes), pelo modelo administrativo de seu território (povoados, vilas, cidades, Capitânias, Províncias, Estados, Territórios Federais), seja pelo domínio territorial com demarcações fronteiriças acordadas em tratados internacionais em processos de conquista e compras de terras de países vizinhos (Acre).

Dos modelos de próteses identificados na Tabela 1, para o caso amapaense chama-se atenção aos seguintes:

- **Próteses jurídicas:** a criação da Capitania do Cabo Norte (1616); a transformação da Vila de Macapá em cidade (1858); o acordo entre Brasil e França (1901); a criação de municípios; a criação do Território Federal do Amapá (1943), a partir do modelo acreano (1904); as normas de regulamentação nos Territórios, com destaque ao decreto 411/1969; a transformação do Território Federal em Estado (Constituição de 1988); a Constituição estadual (1991); as normas de regulamentação do Estado.

- **Próteses Institucionais:** a criação de municípios; a criação do Território Federal do Amapá (1943); a transformação do Território Federal em Estado (Constituição de 1988); a criação da Câmara de Vereadores, da Assembléia Legislativa, de Secretarias, das Universidades (federal e estadual) e de órgãos de representação de classe.

- **Próteses Administrativas:** a criação de cargos do poder executivo, legislativo e judiciário nas esferas municipal estadual e federal.

- **Próteses Tecnológicas:** implantação de técnicas e tecnologias na exploração de produtos naturais e na implantação de modelos de agricultura de produtos importados de outras regiões. Destacam-se, neste contexto, os processos de mecanização na mineração, na pesca e exploração madeireira (Tabela 2).

Segundo Couto *et al.*, (2006: 11) a dinâmica dos ajustes espaciais ocorrida no Amapá foram implantados e estimulados pelas uso de redes e a sua mobilidade no espaço amapaense, os quais foram estimulados pela instalação de sistemas de engenharia e redes de próteses tecnológicas neste espaço. Esses seriam responsáveis pela criação de um cenário propício apenas à exploração e não ao desenvolvimento que condenou o Amapá a ser apenas um grande negócio (não havendo o interesse de desfazê-lo) mantendo seu atraso em relação aos outros estados da federação. Por outro lado, essa dinâmica está diretamente ligada aos movimentos de criação destruidora que se manifestaram pela atuação desses fatores e suas influências sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense.

Couto e Porto (2006), por sua vez, esclarecem que a inserção do setor energético na segunda metade do século XX e a construção de uma rede de sistemas de engenharia (estradas; ferrovias; hidrelétrica; porto) com

Tabela 2. Próteses Tecnológicas implantadas no espaço amapaense

Ano	Empresas	Objetivos
1957	Indústria e Comércio de Minérios. S.A.	Exploração mineral (manganês).
1968	BRUMASA	Exploração madeireira da espécie <i>Virola surinamensis</i> .
1976	Amapá Celulose S.A (AMCEL)	Silvicultura de pinus e eucalipto.
1978	Caulim da Amazônia (CADAM)	Exploração mineral (caulim).
1980	Distrito Industrial	Estabelecer empresas que se beneficiassem dos recursos naturais e incentivos fiscais.
1981	Compania Dendê do Amapá	Cultivo do dendê.
1983	Mineração Novo Astro	Exploração mineral (ouro).
1986	Compania Fero Liga do Amapá	Beneficiamento do anagên pelo processo de pelotização.
1989	Mineração Yukio Yoshidome	Exploração mineral (ouro).
1992	Mineração Água Boa	Exploração mineral (ouro).
1994	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana	Comercialização de produtos importados.
2003	Mineral e Metais	Exploração mineral (cromo).
2004	Mineração Pedra Branca do Amapari	Exploração mineral (ouro).
2004	Agronegócio	Plantio mecanizado de arroz e soja.
2005	Sólida Siderurgia	Exploração mineral (ferro)

Fonte: Porto *et al.*, (2007).

elevada participação do Estado nas obras, possibilitou a criação de condições para a manifestação de ajustes espaciais. Com a criação da rede de próteses, tornou-se possível o aumento do consumo e distribuição de energia, assim como a diversificação das atividades produtivas², principalmente na exploração mineral, com elevada participação do capital internacional.

Com a instituição do Território Federal do Amapá (1943), foram criadas diretrizes políticas e administrativas, infra-estruturas e incentivos para o desenvolvimento de atividades econômicas (pelo Governo Federal), principalmente voltadas ao setor do extrativismo mineral, “que em muito contribuiu para a estruturação econômica amapaense e para sua organização espacial” (Porto, 2003: 115).

A função da União foi criar “ajustes espaciais”, mediante à intensidade da magnitude do Estado. Ou seja, criaram-se condições para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento. Assim, Couto *et. al.* (2006) informam que a instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) engajou este ex-Território na economia global, caracterizando a gênese da exploração de recursos minerais (manganês) em larga escala na

Amazônia com tecnologia moderna no período de 1957 a 1997.

Este engajamento, como ação do capital internacional, é explicado por Harvey (2005: 118) ao demonstrar que “nas novas regiões, a superacumulação de capital exige um ajuste espacial, talvez mesmo à custa do capital nas regiões antigas”. Tal condição³ é vista na atuação da empresa Bethlehem Steel Company que representava o interesse norte-americano em relação ao manganês da Serra do Navio, pela sua representante, ICOMI.

Esta atividade direcionou e fundamentou a economia amapaense nos 40 anos de ação do projeto (1957-1997), como também teve relevante participação na exploração de outras potencialidades amapaenses, “seja na construção de infra-estruturas (ferrovia, porto, rodovia e uma usina hidrelétrica) com incentivo do Estado (via incentivos fiscais e aquisição de financiamento externo), seja na diversificação das atividades do Grupo por instituições e empresas” (Porto, 1998: 8).

Dentre a construção de infra-estruturas no espaço amapaense, Couto e Porto (2006) ressaltam o investimento no setor energético amapaense, relatam que a ICOMI está diretamente ligada à gênese deste setor, que conseqüentemente passa por evoluções (condições para manifestação do capital) dando início ao sistema de redes informacionais, sendo as redes entendidas como “um meio de produzir o território” (Raffestin, 1981 apud Machado, 1998: 45). Logo, a rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é essa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território; tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (Raffestin, 1981: 204).

Partindo deste ponto de vista “a densidade e a diversidade das redes presentes no espaço geográfico seriam um fator essencial para determinar os limites do território” (Machado, 1998: 46). Assim, “desenho, construção e utilização de uma rede dependem dos meios à disposição (energia e informação), dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos, assim como dos objetivos dos atores” (Raffestin, 1981: 204).

Com a formação das redes decorrentes da implantação de infra-estrutura e da inserção do setor energético, ajustes foram feitos, tais como: a criação da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, a fim de garantir as necessidades energéticas da ICOMI para a extração de manganês, através da implantação de termoeletricas; o primeiro levantamento do potencial energético da Amazônia (Rio Araguari), conseqüentemente iniciando a construção de um sistema de engenharia na região (Usina Hidrelétrica do Paredão no Rio Araguari). Com a elevação da demanda e a distribuição de energia elétrica principalmente para o Município de Macapá assim como a instalação de novas usinas termoeletricas no

Estado, a fim de atender à diversificação da produção e ao crescimento demográfico.

Com a configuração das redes informacionais no espaço amapaense, ocasionados pela ação dos fixos e fluxos, este espaço passa por uma nova configuração territorial⁴, seja esta ocasionada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação os quais são modeladores do território (Raffestin, 1981: 204). Estes são inseparáveis dos modos de produção e que asseguram a mobilidade desses modos de produção, a exemplo das atividades executadas pela empresa ICOMI.

Devido à nova configuração territorial do espaço amapaense, alavancado pela criação/construção de condições (Porto, 2007) e pela ação dos ajustes espaciais (Couto, *et al.*, 2006), tornava-se necessário ampliar a infra-estrutura do setor energético para haver a possibilidade de desenvolvimento, valorização e produção de novos territórios.

Porto (2002; 2003) ao identificar as características e a dinâmica do setor energético amapaense, indica que houve a gênese do investimento no setor elétrico, mediante a ações que: originaram no primeiro levantamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, no Rio Araguari⁵; criaram de uma empresa de economia mista, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), em 1956 (para gestão da sua demanda, na implantação de termoelétricas visando atender a extração manganésifera), a fim de estimular a criação de um parque industrial, atendendo, ainda, a outros empreendimentos que se fizessem necessários; e iniciaram as obras de uma usina hidrelétrica neste Rio.

A primeira demanda de necessidade de um setor energético amapaense para o setor produtivo encontra-se no contrato da Hanna Corporation para explorar o ferro do rio Vila Nova (Mazagão – AP) em 1945. Este mesmo contrato utilizado para a exploração do manganês⁶, cuja temática energética é indicada em sua cláusula 43. Este contrato foi revisto em 1950⁷ e este assunto foi retomado na cláusula 38, sem qualquer mudança. Com a aprovação deste último, inicia-se, assim, ajustes para a construção de condições de reprodução do capital internacional no espaço amapaense.

Neste sentido os ajustes foram jurídicos, tecnológicos e administrativos. Além desses, outras manifestações de ajustes são identificadas neste momento, tais como:

a) Para atender à demanda energética da empresa, em 1958 a ICOMI foi autorizada a instalar uma usina termoelétrica na mina da Serra do Navio e no Porto de Macapá, para uso exclusivo⁸, enquanto a UHE do Paredão não era concluída (Porto, 2003: 127).

b) Com a expansão da demanda elétrica, causada pela produção da ICOMI e pelo aumento populacional da capital, o Governo Federal autorizou a CEA a ampliar suas instalações mediante a montagem de três grupos geradores a diesel, pelo Decreto n. 244, de 30/11/1961, a fim de garantir o fornecimento de energia à região,

sendo que os mesmos somente foram instalados em 1965 (Porto, 2003: 127).

c) Após 1985, a Centrais Elétricas do Amapá (CEA) mudou a função original de distribuidora para assumir também a capacidade geradora por termoelétricas (Porto, 2002).

d) A criação da ELETRONORTE (1973), com o objetivo de encaminhar, concluir e colocar em operação a Usina Hidrelétrica do Paredão, provocando um cenário propício para o maior fluxo de distribuição e consumo energético, ocasionando a diversificação produtiva. Com isso, a conectividade energética fica estabelecida após 1976, com a construção dessa Usina Hidrelétrica (Hoje denominada de Coaracy Nunes).

e) A partir da segunda metade da década de 1990, a ELETRONORTE começa a ampliar esta conectividade para o norte do Estado, atingindo o Município de Calçoene em 2002.

f) A ampliação dos sistemas de engenharias decorrente da expansão energética, quando passa de um sistema de engenharia isolado (poucos pontos atingidos) para um sistema interdependente crescente para pontos diferentes (municípios atingidos pelas empresas)⁹.

g) A integração do sistema elétrico com o linhão de Tucuruí e a inserção do potencial hidrelétrico amapaense na oferta de energia ao cenário nacional após o primeiro decênio do século XXI (Porto, 2014).

3. AJUSTES ESPACIAIS E O DESENVOLVIMENTO AMAPAENSE

Após a criação do Território Federal do Amapá três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, na sua urbanização, na sua reorganização espacial e na sua inserção na economia-mundo. Esses períodos são (Porto, 2003): gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica.

Em todos esses períodos foram criadas condições para a maior e melhor mobilidade do capital no espaço amapaense, seja na instalação de redes que garantisse a fluidez informacional; seja na formação e estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense, capitaneadas pelas atividades minerais; seja nas tentativas de organização espacial, que garantissem a atuação e a valorização dos investimentos instalados. Por outro lado, no que se refere à instalação propostas de planejamento ao espaço amapaense percebe-se somente intenções elaboradas pelos dirigentes, pois ainda hoje há fortes vínculos das propostas de investimento e de desenvolvimento às decisões do Governo Central (Porto, 2006: 23).

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o Amapá passa a ser Estado da Federação (ganha

autonomia em suas esferas), por esse motivo, as análises aqui apresentadas partirão do pressuposto de que um Território Federal é um embrião de Estado, e que o Amapá é um Estado em construção, e que este Estado possui suas pedras angulares amalgamadas a uma rede de próteses tecnológicas e em sistemas de engenharia.

O processo de estadualização fez com que o Amapá buscase possibilidades de desenvolvimento principalmente econômico. Então em 1991, cria-se a Área de Livre Comércio Macapá e Santana - ALCMS, passando a se destacar as empresas importadoras no cenário amapaense. A ALCMS representou a possibilidade, da “abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS” (Silva; Porto, 2005: 4-5).

Segundo Porto (2003), uma grande conseqüência da ALCMS foi à triplicação do consumo elétrico no Estado (1994 a 2000), este fator é explicado pelo crescimento demográfico, e pelo aumento da venda de eletro-eletrônicos e ar-condicionados¹⁰, que apenas em 1996, multiplicou em 2,5 vezes este consumo. Por outro lado, o setor industrial entrou em um profundo declínio (61,2% em 1976 e 4,2% em 2000). A justificativa para tal fato, está “no encerramento das atividades do Grupo CAEMI, sendo estas as maiores consumidoras de energia elétrica no do Estado (ICOMI, AMCEL e CFA” (Porto, 2003: 149).

Por outro lado, no período de 1988-2003, aumentou a participação das categorias comercial (8,5% para 20,7%) e outros (de 12,1% para 26,3%) para o mesmo período, comportamento semelhante ao do setor residencial, porém com índices mais elevados (18,2% para 49,04% chegando atingir 51,1%, em 2000). Tal situação é explicada pelo crescimento demográfico estadual, cuja taxa geométrica foi de 4,7%, para o período de 1980 a 1991, e de 5,7% entre 1991 a 2000 (enquanto os índices brasileiros registravam, 1,9% e 1,6%, respectivamente), e pela criação de 11 municípios (Porto, 2003: 149).

Partindo das considerações feitas acima, as “criações destruidoras” ocasionadas pelos ajustes espaciais, impulsionado pela construção de infra-estrutura e das redes informacionais, que provocaram a fluidez dos sistemas de engenharia. Mesmo com esses fatores o Amapá não conseguiu obter um desenvolvimento, pois o setor residencial é o que mais cresce, provocando uma crise no setor de produção do Estado (seja este energético ou industrial) (Couto, et. al., 2006).

Esses autores identificam o comportamento de cinco fatores que afetaram os ajustes espaciais amapaenses: a diversificação da economia; a influência do setor governamental; a ação do capital internacional; a questão ambiental; e a configuração espacial do Amapá decorrente da articulação dos fatores acima citados.

Desses, a questão ambiental tem chamado bastante

atenção. Até o início da década de 1980, o cenário amapaense era atraente para novos investimentos, no que se refere à disponibilidade territorial. Contudo, a partir da instituição das questões ambientais, este espaço passou a causar o efeito de restrição em função da instalação de unidades de conservação e reservas indígenas no espaço amapaense. Hoje 58% da área deste Estado são protegidos.

Quanto ao contexto rodoviário, duas se destacam: a BR-156 e a AP-210. Ambas são de fundamental importância por se constituírem nos principais elos de interligação da malha rodoviária do Estado. No caso da BR-210, sua importância é estratégica por circundar a maior reserva ambiental de floresta tropical do mundo, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Já BR-156, é a espinha dorsal do Estado, possuindo “cerca de 850 km de extensão (ligando o estado de Norte a Sul), mas grande parte não é pavimentada o que inibe, e muito, o transporte, sobretudo nos meses chuvosos (jan/jun)” (Silva; Ruckert, 2005, p. 16), as duas rodovias juntas totalizam 1.267 km, estas possuem apenas 293 km (23%) pavimentados.

Segundo Silva e Ruckert, (2005, p. 16-17), estima-se que com a pavimentação da BR - 156 os municípios do Norte do estado serão beneficiados, pois os custos de deslocamento minimizados reverterão diretamente no preço dos produtos locais, bem como o fluxo intermunicipal de todo o seu território. Esta pavimentação, aliada à construção da ponte binacional entre Oiapoque (Brasil) e Saint George (Guiana Francesa) (Figura 1), surge também o projeto de criação de integração interestadual por uma ponte ligando Laranjal do Jari (AP) ao Distrito de Monte Dourado, Município de Almerim (PA), sobre o rio Jari.

Esta ponte é de grande interesse regional. Vale mencionar, que a região do extremo sul do Amapá (Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari), é caracterizada como zona tampão, sendo este termo “aplicado às zonas estratégicas onde o Estado Central restringe ou interdita o acesso à faixa de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva” (Brasil, 2005, p. 145), ou seja, o governo pode criar uma dicotomia espacial de conflito entre as determinações da lei, e o povoamento local.

Remetendo-se a construção da ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa, destaca-se a relação existente entre as cidades-gêmeas Oiapoque e Saint Georges¹¹, daí a particularidade de se constituírem em um alvo prioritário das políticas públicas para a zona de fronteira, enquadrando-se no Programa Faixa de Fronteira (2005), proposto pelo Ministério da Integração, localizadas no Arco Norte, na sub-região Oiapoque-Tumucumaque.

A ponte binacional interligará as rodovias BR-156 e RN-2 (Route Nacional), favorecerá a integração dos dois países (fluxo de pessoas e mercadorias), já que haverá a abertura para o Platô das Guianas e Caribe, através da Transguianense (integração de rodovias

brasileiras e internacionais). Esta ponte está concluída desde 2010, contudo, até o primeiro semestre de 2014 não havia sido inaugurada.

4. A ARTICULAÇÃO DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL NO PLATÔ DAS GUIANAS

Segundo Superti (2011) e Porto, Superti e Silva (2013), desde a década de 1960, a construção de condições para a articulação da Amazônia ao cenário nacional, via rodoviária, tem sido estimulada. A mobilidade que, até então, era efetivada pelos rios, recebe uma alternativa: a rodovia; As cidades começam a crescer com as costas viradas para o rio; recursos naturais em terra firme são acessados pelo grande capital através dos grandes projetos na região; novas configurações espaciais e políticas públicas devem ser criadas para ajustarem-se às necessidades do capital.

Dentre os vários planos voltados para a busca pela integração do território brasileiro, destaca-se aqui, o Avança Brasil e a Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americano (IIRSA)¹². Segundo Superti, Martins e Porto (2011), o Plano Brasil em Ação, assim como o Avança Brasil que o sucedeu, buscava, no âmbito da economia internacional, assegurar a inserção competitiva do país via modernização produtiva.

Contudo, esses autores ressaltam que não se tratava apenas de eliminar os gargalos, melhor preparar e interligar a infra-estrutura econômica interna, algo que não era novidade nas ações do Estado. Em um cenário de comércio mundializado, em que as estratégias de mercado se voltavam para a articulação de blocos econômicos, tornava-se imperativo a promoção da integração física do país as nações sul-americanas.

No Brasil, assim como na América do Sul, a ampliação do comércio regional e o aumento da participação no comércio global passaram a ser entendidos como elementos indispensáveis para o desenvolvimento econômico. A integração representava a ponte de ligação entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas. Isto, por sua vez, exigia um sistema de infra-estrutura eficiente capaz de garantir competitividade e permitir a exploração novos espaços de acumulação de capital.

O enfoque da integração de mercados fez com que a Amazônia ocupasse uma posição central diante das estratégias do Estado brasileiro. Primeiro, porque é através da região amazônica que o país tem conexão física com seis¹³ outros Estados sul-americanos e com a Guiana Francesa. Isso torna suas fronteiras internacionais importantes espaços estratégicos. Segundo, a região amazônica, mais uma vez, é encarada como fronteira de recursos que apresenta grande potencial para exploração econômica, apesar de, e mesmo considerando suas especificidades ambientais.

Aberta a múltiplas possibilidades por conta de seus estoques incomparáveis de biodiversidade, bens culturais imateriais e materiais, assim como recursos naturais inexplorados a região desperta interesse do grande capital e das redes internacionais por seu forte potencial de capitalização.

A retomada da concepção de fronteira de recursos e dos projetos de infra-estrutura econômica na região amazônica surgiu em contraste à luta de movimentos locais de preservação ambiental e melhoria das condições de vida das comunidades extrativista, à atuação de ONG's ambientalistas nacionais e internacionais e à tendência crescente de políticas públicas estatais preservacionistas que marcaram o período imediato pós-regime militar. O Estado nacional foi obrigado a dar respostas na forma e políticas públicas de proteção ambiental considerando as fortes pressões internas ligadas aos conflitos sociais e ambientais e; a mobilização internacional e nacional que denunciava os malefícios da depredação ambiental promovida pelas políticas de ocupação via colonização e exploração de seus recursos minerais e hidrelétricos e, pelos debates e compromissos assumidos nos eventos internacionais sobre meio ambiente promovidos pela ONU.

Contudo, se por um lado o meio ambiente adquiriu espaço na agenda política externa e interna pela atuação de importantes forças políticas, inclusive amazônicas, por outro, se tornou evidente a força do imperativo macroeconômico como definidor das políticas territoriais a partir de meados da década de 1990. A participação do país no sistema internacional marcado pelas reformas econômicas neoliberais dependia de sua capacidade em alcançar novos mercados e incrementar competitividade externa de seus produtos.

Para Superti, Martins e Porto (2011), o planejamento do Estado incluía a Amazônia na perspectiva macroeconômica de inserção do país no mercado supranacional. Sua forma de organização e articulação das ações dava-se através dos Eixos Nacionais de Integração (ENID)¹⁴. Esses eixos balizaram a organização espacial das ações estatais considerando o território nacional com um espaço geoeconômico aberto, delimitando regiões de planejamento que não respeitavam necessariamente o recorte político-administrativo.

A função principal da execução das ações previstas no estudo dos eixos era a "integração entre as economias regionais e destas com os mercados internacionais, aspecto elevado à condição de peça fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país" (Curado, 2010, p 84). A lógica que orientou a formulação dos eixos estava fundada na inserção competitiva do país na economia mundial. E, desse modo, privilegiaram as obras de transporte, energia e telecomunicações capazes de garantir a acessibilidade do capital e o escoamento da produção.

Dos nove eixos definidos, quatro impactam na Amazônia Legal e destes dois são amazônicos e representam corredores logísticos de integração nacional e internacional da região. O Madeira – Amazonas, como saída para o Atlântico, e o Arco Norte, como saída para o Caribe e elo de intercâmbio regional com Guiana Francesa, Suriname e Guiana.

A área total dos dois eixos abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Neles se destaca os projetos de ligar por estradas pavimentadas o Amapá a Guiana Francesa, ou seja, o Brasil e a França, país membro da Comunidade Econômica Europeia, e Roraima a Venezuela, permitindo o tráfico rodoviário entre Manaus e Caracas. A articulação com a República Cooperativa da Guiana não integra o ENID. Ambas as ligações são significativas para composição de um novo cenário geopolítico e a segunda coloca a Zona Franca de Manaus, grande produtora de eletroeletrônicos, em uma posição estratégica para o comércio com o mercado sul americano. Entretanto, segundo Kohlhepp (2001) o fator principal do planejamento infra-estrutural presente nos projetos dos eixos amazônicos foi o de possibilitar o transporte da produção agrícola, conectando sistemas de transportes multimodais.

Ao se concretizar os corredores logísticos da Amazônia brasileira se integrará 8.272 km² de fronteiras internacionais com seis dos sete países, além do Brasil, parceiros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)¹⁵ e com o departamento ultramarino francês.

O Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (assinado 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)¹⁶, é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia. Este documento prevê o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, a liberdade de navegação, a preservação do patrimônio cultural, os cuidados com a saúde, a criação de centros de pesquisa, o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, e o incremento do turismo e do comércio fronteiriço¹⁷.

No que tange à integração física, no seu artigo X, expõe que os signatários coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Consequentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmonicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.

Considerando que a Guiana Francesa não seja signatária do TCA, não integra a OTCA e não seja envolvida pela IIRSA; que não se insira nessas

iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul; passados 30 anos da assinatura do TCA, a articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem a integração no norte da América do Sul somente foi efetivado com a proposta de integração regional da União Européia conhecida como INTERREG IV, através do Programa de Operação da Amazônia - PO Amazonie, para o período 2007-2012. Por este Programa, intenciona-se integrar fisicamente Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas).

Com isso, para (Porto, 2014), o PO Amazonie corrige o vazio que o TCA e o IIRSA não atendia: a integração da Guiana Francesa no norte da América do Sul. Sendo que no Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração se localiza no município de Oiapoque, no Estado do Amapá.

Os investimentos nos Eixos amazônicos permitirão ligações estratégicas com o mercado sul-americano e o aparelhamento de corredores de exportação, por meio da ampliação de aeroportos, pavimentação de rodovias, ampliação da rede elétrica, aparelhamento de portos.

O novo contorno de atuação do Estado Nacional nas regiões de fronteira internacional se deu, também, pela articulação política dos países da América do Sul para a implantação do IIRSA, com relação direta e complementar com a concepção dos ENID brasileiro e atrelada às ambições de sua política externa para América do Sul.

Tanto o IIRSA, quanto as políticas internas deste primeiro decênio do século XXI, foram construídos com a mesma orientação, qual seja: promover a integração competitiva a partir de volumosos investimentos em infra-estrutura organizados em eixos de integração e desenvolvimento. A IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional; os PPA's e o PAC em nível nacional, acelerando a economia e colocando o Brasil em situação vantajosa em relação ao mercado sul-americano.

A Amazônia é cruzada diretamente por três eixos, o do Amazonas, do Escudo das Guianas e eixo Peru-Brasil-Bolívia, tanto na direção leste-oeste quanto norte a sul. Para Thery (2005, p. 46), com o IIRSA, a “Amazônia torna-se o centro do continente, em vez de ser a periferia dos países que a compõem, mesmo não sendo a parte do continente onde passam os fluxos mais densos, (...)”. Isso corrobora para a configuração da condição estratégico-periférica das fronteiras com os países amazônicos.

Nos eixos amazônicos do IIRSA, a pavimentação de rodovias, a abertura de vias navegáveis, permitindo inclusive a união bi-oceânica – Atlântico/Pacífico - no eixo do Amazonas, a interconexão de portos, e o incremento de infra-estrutura de integração entre os países nas áreas de tríplexes fronteiras, são elementos definidores do que eles significam. Todos tem foco no escoamento da produção, no aproveitamento do

potencial hidroelétrico e na exploração dos recursos minerais e florestais da região.

Destaque nesta discussão diz respeito ao não envolvimento e inserção da Guiana Francesa na proposta do IIRSA. Contudo, desde meados da década de 1990 há a intenção de se buscar a integração do Brasil (pelo Amapá), com a França (pela Guiana Francesa), cujo primeiro passo foi a assinatura do Acordo-Quadro, em 1996, como suporte para o estabelecimento de novos planejamentos territoriais para a fronteira franco-brasileira. Para Silva (2008, p. 76), este acordo inicia um período de “novos usos político-territoriais” para essa fronteira.

Segundo Porto e Santos (2012), a partir de então, uma série de iniciativas, institucionalizadas, vem sendo elaboradas e implementadas no espaço fronteiro franco-brasileiro, implicando em novos planejamentos e, portanto, novos usos dessa fronteira. A construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque e a implantação da banda larga no estado do Amapá via Guiana Francesa¹⁸ são os elementos mais tangíveis entre as ações de cooperação regional entre Brasil e França. No entanto, estas são apenas duas de uma série de medidas, politicamente pensadas e estrategicamente construídas que estão ditando novos ritmos ao espaço amapaense.

O vazio não ocupado pela proposta do IIRSA no que tange à Guiana Francesa, é preenchida por uma outra política internacional de integração, o INTERREG. Proposta esta que não tem por objetivo imediato a integração sul americana, mas a integração europeia. Contudo suas ações refletem no norte da América do Sul. Assim como o extremo norte brasileiro é contemplado com políticas territoriais propostas pela IIRSA, também a Guiana Francesa é respaldada com uma série de políticas públicas de cunho territorial para sua fronteira com o Amapá. Porém, as políticas públicas da IIRSA não dialogam com aquelas propostas pela UE/França para sua região ultraperiférica, a Guiana Francesa, pois a IIRSA não contempla a Guiana Francesa, embora seja uma iniciativa de integração para América do Sul (PORTO; SANTOS, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução dos ajustes espaciais no Amapá foi decorrente de dois condicionantes que realizaram atos de criação/construção que afetaram a apropriação e a configuração territorial amapaense: a participação do Governo Federal na criação de condições para a mobilidade do capital no espaço amapaense e implantar ajustes para melhor articular as redes criadas/construídas; e a atuação do capital internacional na exploração de commodities, com o estímulo do Estado, no uso do território.

Esses condicionantes integram uma gama de relações complexas que garantem a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos

proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos em contraposição ao ritmo e vivência locais. A partir de então, verifica-se que uma vez criada, constrói-se; uma vez construída, mantém-se, atualiza-se, moderniza-se.

A criação/construção das próteses objetiva atender um determinado objetivo. Para se atingir este objetivo, mudanças são necessárias no contexto original, impondo-se novas realidades. Tal situação remete à reflexão de que houve criações de cenários propícios apenas para exploração e não ao desenvolvimento, cujos reflexos no espaço amapaense condenaram este Estado a ser apenas um grande negócio e mantendo seu atraso em relação aos outros estados da federação.

Quanto ao uso do território amazônico, a partir da experiência dos Territórios Federais, em particular do caso amapaense, evidencia:

- A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.

- O uso do território amapaense como um grande negócio por se comportar como: Fornecedor de commodities; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.

- Sua articulação espacial envolve dois momentos: o de relação fronteira e o de interação transfronteira. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do efeito-barreira fronteiro. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, ensaios de cooperação transfronteira.

- A condição fronteira amapaense tem sido efetivada pela sua construção histórica e geopolítica do período colonial; de ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; a identificação das funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo.

- Os resultados que a construção da condição fronteira envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiro constrói; uma relação territorial que expressa um capitalismo tardio periférico da periferia; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; estimuladora à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação de redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; formadora de expectativas de integração com a Guiana Francesa; configuradora de restrições espaciais; fornecedora de commodities e; consumidora de produtos industrializados.

A fronteira amapaense se encontra em transição entre as relações fronteiriças para interação transfronteira decorrentes de novos usos do território após meados da

década de 1990. Com isso, deverão ser revistas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira e construir um processo conjunto e dialogado de desenvolvimento regional, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas, em um acontecer solidário, embora ainda ocorra um acontecer contraditório entre esses espaços.

- O eixo de articulação transfronteiriço da nova regionalização da fronteira amapaense, a Amazônia Setentrional Amapaense, deve ser ampliada para uma Amazônia Setentrional franco-brasileira, onde o eixo de articulação se concentrará no trecho Macapá-Caiena. Até 2013, o trecho articulava Macapá/Oiapoque/Caiena, devido a dois fatores: a ponte binacional não havia sido inaugurada, embora construída desde 2010, obrigando uma parada obrigatória em Oiapoque. Não no início da ponte do lado brasileiro, pois inexistia um entreposto alfandegário construído.

- A fronteira amapaense, via Oiapoque, é a única linde cujas interações espaciais atuam em uma relação inversa de seus fenômenos econômicos. Identificam-se três momentos para esta relação inversão, sendo que os dois primeiros visam a expansão territorial e o último, maior articulação transfronteiriça: a) entre o final do século XVII e final do século XVIII, como parte integrante de conquista de território de tratados entre reis europeus; b) entre a 1850 e 1900, com a descoberta de ouro na região do Oiapoque e Calçoene, a exploração da borracha na calha do rio Amazonas, a abertura da navegação internacional do rio Amazonas, a formação da República do Cunani, até a assinatura do Laudo Suiçoi definindo a fronteira entre Brasil e França; c) Final do século XX e início do século XXI, após a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França (1996).

- A fronteira amapaense entre 2004 e 2013 se encontrava em um processo de transição de efeito-barreira para efeito-cooperação, em um comportamento híbrido, pois a ponte não havia sido inaugurada, não havia normas e acordos diplomáticos, mas o eixo rodoviário Macapá/Oiapoque/Caiena mostrava um embrião de interação espacial pois em 2004 a conexão Caiena-Saint-George havia se efetivado. Acrescenta-se, também, que ensaios de cooperação Brasil-França, representados pelo Amapá-Guiana Francesa, foram criados e estabelecidos.

Neste contexto, a dinâmica do ajuste espacial no Amapá está diretamente ligada aos movimentos de (des) construção e (des) territorialização espaciais, seja pelas redes, seja pela criação/construção de próteses dos mais variados modelos. Exigindo, com isso, condições para ajustes espaciais. Essa situação foi a responsável pela criação de um cenário propício apenas a exploração e não ao desenvolvimento.

Notas

1 Os sistemas de engenharia são entendidos aqui como *“um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho”* (SANTOS, 1997: 79).

2 Sobre a atuação do capital internacional no Amapá, vide Porto (2003; 2006); Silva e Porto (2005); Porto et al., (2007).

3. Para Porto (2007: 13) *“o Dicionário Aurélio, ‘condição’ significa ‘obrigação que se impõe e se aceita’. Essas imposições e aceitações são faces de relações desiguais, por consequência, construídas social, histórica, cultural e politicamente e que visa atender a objetivos das mais variadas qualidades.*

A construção desses condicionantes não aparece por acaso. Mas integram uma gama de relações complexas que garantem a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des) construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais. Uma vez criada, constrói-se; uma vez construída, mantém-se, atualiza-se, moderniza-se”.

4. A configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade (SANTOS, 1997: 77).

5. As condições legais para o estudo do aproveitamento da força hidráulica do Rio Araguari, para geração de energia, foram explícitas pelo Decreto n. 35.701, de 23 de junho de 1954, o primeiro diploma jurídico no aspecto regional a abordar a necessidade de conhecimento do potencial energético na Amazônia.

6. Decreto n. 24.156, de 4 de dezembro de 1947.

7. Decreto n. 28.162, de 31 de maio de 1950.

8. Decretos n. 44.997 e n. 44.998, de 3 de dezembro de 1958.

9. Até a década de 1980, três pontos do espaço amapaense foram beneficiados pela atuação da CEA (Macapá, Santana e Serra do Navio), os quais não eram conectados pelo setor energético, pois o seu fornecimento era isolado e por motores a diesel. No período de 1988 a 2000, Porto (2003, p. 150) informa que o consumo elétrico no Estado triplicou, cuja expansão é explicada pelo crescimento demográfico do Estado; e influência da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Este crescimento exigiu a busca de alternativas para sanar as necessidades energéticas do Estado, como a aquisição de mais uma turbina instalada na UHCN; propostas de construções de Pequenas Centrais

Hidrelétricas, da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (Rio Jari); e a conexão com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Com a contínua expansão demográfica, as projeções elaboradas pela ELETRONORTE e o conseqüentemente o aumento do consumo de energia, o Amapá terá que buscar novamente, meios que praticamente dobrem o seu potencial energético para 2010.

10. O produto eletro-eletrônico que mais se destacou em vendas nos anos de 1994 e 1998 foi o televisor, decorrente das copas de futebol nos EUA e França, respectivamente; que aliado à cotação do dólar baixo, os preços dos aparelhos de ar-condicionado também se tornaram acessíveis.

11. Cidades-gêmeas são “adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania” (BRASIL, 2005: 152).

12. Análises mais aprofundadas sobre o assunto, vide: Vide Silva (2008; 2013); Carvalho (2009); Santos (2013); Scheibe (2013).

13. Através de seu espaço amazônico, o Brasil faz fronteira com: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, além do Departamento Ultramarino Francês.

14. Esses eixos seriam construídos, resumidamente, a partir dos critérios: malha multimodal de transportes; hierarquia funcional das cidades; identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas existentes. Os eixos totalizam em nove grandes cortes espaciais: Arco Norte; Araguaia – Tocantins; Madeira – Amazonas; Oeste; Rede Sudeste; Sudoeste; Sul; São Francisco e Transnordestino.

15. Em 1995, os países amazônicos decidiram fortalecer institucionalmente o Tratado de Cooperação Amazônica com a criação de uma Secretaria Permanente dotada de personalidade jurídica, cuja decisão foi implementada em 1998, com a aprovação do Protocolo de Emenda àquele Tratado que instituiu oficialmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

16. Embora a França, pela Guiana Francesa, não seja signatária do TCA, não significa dizer que este espaço ultramarino francês não faça parte da Amazônia, mas que a sua condição amazônica não foi considerada para a sua inserção, mas sim uma condição política-administrativa.

17. Embora o TCA reconheça a natureza transfronteiriça da Amazônia, a abordagem econômica era entendida com uma “condição fronteiriça”.

18. Há um conjunto de ações em andamento sem horizonte de finalização, envolvendo o Governo do Estado do Amapá, a empresa Guyacom e o Governo do Departamento da Guiana Francesa. Estas ações tem como ponto focal a interligação Cayenne - Saint Georges de l’Oyapock – Oiapoque por parte do lado Francês em primeiro estágio e, em segundo, a interligação Oiapoque – Calçoene, para, a partir daí, chegar até Macapá via rota com cabo óptico já existente da Eletronorte no trecho Calçoene – Macapá (SILVA, 2011 apud ADAP, 2010). Em 2012, o Governo do Estado do Amapá assinou o convênio com a empresa OI para instalar inicialmente condições de fluidez de 4gb de internet, saindo de Fortaleza (BR) até Miami (EUA). Com derivação na Guiana Francesa e Caribe. Contudo, a conexão primeira virá pelo Norte da América do Sul, via Guiana Francesa. A conexão sul, com a margem direita do rio Amazonas, depende da construção do linhão de Tucuruí, pela Eletronorte. Em março de 2014 a conexão norte foi efetivada e inaugurada.

19. Na Europa das políticas comuns de harmonização, a existência de regiões com características singulares (afastamento, insularidade, pequena superfície territorial - exceto a Guiana Francesa, relevo e climas difíceis, e dependência econômica em relação a um pequeno número de produtos), abriu caminho para que se admitissem políticas de exceção. É nesse contexto que surge o conceito de região ultraperiférica (1987) que serviu de ponto de partida para a definição de políticas específicas a seu favor (CEM, 2005; FRANÇA, 2007; FORTUNA, 2009).

Referências bibliográficas

- AMAPÁ. (2005). Secretaria de Planejamento. *Programa Plurianual 2004-2007: Amapá: Desenvolvimento com Justiça Social*. Secretaria de Planejamento (SEPLAN) - Macapá.
- BRASIL. (2005). Ministério da Integração. *Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais - Brasília.
- COUTO, M. E. A.; Porto, J. L. R. (2006). *Transformações espaciais amapaenses após a estadualização – 1990 a 2005*. Macapá. (Artigo vencedor do 2º Seminário de Iniciação Científica da UNIFAP, área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).
- COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. (2006). *Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense*. Macapá, (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).
- CURADO, P. R. F. (2010). *O Estado brasileiro e a integração física e produtiva da Amazônia continental (1996-2006)*. Rio de Janeiro: UFRJ., Dissertação de Mestrado.

- HARVEY, D. A. (2005). *Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- MACHADO, L. O. (1998). "Limites, Fronteiras, Redes". Em T. M. Strohaecker et alli. (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB.
- PORTO, J. L. R. (1998). *As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina,
- PORTO, J. L. R. (2002). *A influência do setor energético nas transformações espaciais do Estado do Amapá*. Macapá,
- PORTO, J. L. R. (2003). *Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC,.
- PORTO, J. L. R. (2005). *Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: A experiência do território Federal/Estado do Amapá*. Macapá: Jadson Porto. (Série Percepções do Amapá, v. 2).
- PORTO, J. L. R. (2006). *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. Macapá: Jadson Porto, (Série Percepções do Amapá; v. 4)
- PORTO, J. L. R. (2007). "A construção de condicionantes no espaço amapaense". In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto. (Série Percepções do Amapá, 5).
- PORTO, J. L. R. (2014). *Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*. Blumenau, FURB/PPGDR., Relatório de pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional.
- PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S (2012). "Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa". In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. De (Orgs.). *Socioambientalismo de Fronteiras*. 1ed. Curitiba: Juruá, v. 1, p. 101-112.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. (2013). *Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional*. Macapá, datil.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- SANTOS, M. (1997). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. (2005). "O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações". Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG. Salvador / BA.
- SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A. (2005). *Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfront Projeto Percepções do Amapá* - Macapá,.
- SUPERTI. E. (2011). "Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira". *Novos Cadernos Naea*, v. 2, n.14, , p.32-48.
- SUPERTI. E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. (2011). "Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá". In: *Anais do Circuito de Debates Acadêmicos* - CODE 2011. Brasília: IPEA

***Jadson Luís Rebelo Porto**

Geógrafo; Doutor em Economia; Pós-doutor em Desenvolvimento Regional; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas – OBFRO/ UNIFAP; Coordenador do Grupo de Pesquisa Percepções do Amapá. E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br.

Fecha de Recibido: Octubre 2014
Fecha aprobación: Diciembre 2014